

HABERMAS, Jürgen. Para a reconstrução do materialismo histórico. 2ª edição. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1990

Renilda Maria de Lourdes dos Santos¹

O livro, "Para a Reconstrução do Materialismo Histórico", reúne trabalhos de Jürgen Habermas, desenvolvidos num período de aproximadamente três anos. Trata-se de uma releitura da concepção marxista da história ligada à teoria do agir comunicativo. Ele busca um encaminhamento para a elaboração de uma formulação que o autor entende como reconstrução.

O volume possui quatro partes. Na primeira, o autor acrescenta à Introdução, uma contribuição que se ocupa do papel da filosofia no marxismo. Procurando mostrar que, o materialismo histórico não pode se fixar somente a reflexão filosófica ou recusar esta reflexão em favor da positividade científica. Na segunda, apresenta algumas homologias estruturais entre história do gênero e a ontogênese. Na terceira é definida a sua visão da teoria da evolução. Na quarta, analisa se as estruturas normativas seguem uma lógica de desenvolvimento também no estado moderno.

Perspectivas Filosóficas

Introdução: O Materialismo Histórico e o Desenvolvimento de Estruturas Normativas

O autor, trabalhando com a teoria do agir comunicativo, verificou que a teoria da comunicação, apesar de ser destinada a resolver problemas referentes aos fundamentos das ciências sociais, pode oferecer uma contribuição para o materialismo histórico renovado. Deve-se isto ao estreito vínculo que a referida teoria tem com as questões relativas a da evolução social.

O trabalho se desenvolve a partir da premissa de que as estruturas da intersubjetividade produzidas lingüisticamente, investigadas tendo-se como exemplo a base de ações lingüísticas elementares, são empregadas tanto para os sistemas da

¹ Renilda Maria de Lourdes dos Santos é aluna ouvinte do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação da UFF.

sociedade, quanto para as estruturas de personalidade. A distinção pode ser encontrada através dos conflitos de ação, ou seja, na moral e no direito.

Revela-se então, as estruturas de consciência, por um lado nas instituições do direito e da moral e, por outro são expressas nos juízos morais e nas ações dos indivíduos.

Na história do indivíduo e na do gênero, as estruturas apresentam-se homólogas no que diz respeito as estruturas de consciência do direito e da moral. Mas essas homologias foram investigadas pelo autor, nos terrenos do desenvolvimento do Eu e da evolução das imagens do mundo e também os das identidades do Eu e do grupo.

Do ponto de vista do autor, a teoria da comunicação não oferece condições de analisar as estruturas simbólicas, que estão na base do direito e da moral, da identidade de pessoas que agem e de coletividades que vivem juntas. Como também, não pode oferecer reconstruções convincentes dos modelos de desenvolvimento de tais estruturas, no plano ontogenético e da história do gênero.

Os estágios do direito e da moral, da delimitação do Eu e das imagens do mundo, das formações de identidade dos indivíduos e do coletivo, são estágios do processo de racionalização. Os seus processos só podem ser avaliados através da ampliação da esfera do agir consensual, ampliação que se faz acompanhar pelo estabelecimento de uma comunicação não deformada.

O desenvolvimento dessas estruturas normativas funciona como um caminho para a evolução social, pois os novos princípios de organização, significam novas formas de integração social e com isso, o aumento da complexidade.

Identidade

Desenvolvimento da Moral e Identidade do Eu

Habermas acredita que exista uma conexão, capaz de explicar atitudes profundas e politicamente relevantes, entre modelos de socialização, os processos típicos da adolescência, as respectivas soluções da crise vivida nesta fase e as formas de identidade que os jovens constroem para si.

Os problemas de desenvolvimento que podem ser agrupados em torno do conceito de identidade do Eu foram elaborados em três diferentes tradições teóricas: na psicologia analítica do Eu (H.S.Sullivan, Erikson); na psicologia cognoscitiva do

desenvolvimento (Piaget, Kohlberg); e na teoria da ação definida pelo interacionismo simbólico (Mead, Blumer, Goffman, etc.).

Nenhuma das orientações teóricas levaram até o momento a uma teoria do desenvolvimento convincente que permitisse definir de modo exato e empiricamente rico. Como por exemplo, a uma noção da identidade do Eu.

O autor analisa o desenvolvimento do Eu através da teoria que concebe o desenvolvimento do Eu independente do cognoscitivo e por outro, do psicosssexual. Em conjunto determinam o desenvolvimento motivacional. Traça um paralelo com o proposto de Kohlberg (nível moral), com o objetivo de sublinhar que, o desenvolvimento moral é ponte do desenvolvimento da personalidade o qual, por sua vez, é decisivo para Identidade do Eu.

As Sociedades Complexas Podem Formar uma Identidade Racional de si Mesma?

Partindo esta análise pela tese de Hegel, segundo a qual, a sociedade moderna encontrou sua identidade racional no Estado constitucional soberano e cabe à filosofia, representar essa identidade como racional.

No que diz respeito a filosofia, o autor considera difícil imaginar que uma doutrina filosófica seja capaz, tal como a religião, se tornar bem comum da inteira população, isto em função da legitimação do Estado.

A resposta para saber como as sociedades complexas podem construir uma identidade racional de si mesma, foi procurada através da tese de Niklas Luhmann. Ela afirma que as sociedades complexas não são mais capazes de produzir identidade através da consciência dos membros de seu sistema. Luhmann considera que a "evolução social foi além da situação na qual tenha sentido referir o homem à relações sociais".

O autor faz objeções a estas afirmações através da teoria dos sistemas: uma integração suficiente de sistema da sociedade, não representa nenhum equivalente funcional para a medida exigida de integração social. Não é possível conservar um sistema social se não forem satisfeitas as condições de conservação de seus membros.

Ele conclui dizendo que, em sociedades complexas, se pudesse formar uma identidade coletiva, ele teria a forma de uma identidade própria da comunidade, das que formam discursiva e experimentalmente o seu saber relacionado à identidade através de projeções de identidade concorrentes entre si, isto é, na "memória crítica da tradição" ou estimuladas pela ciência, pela filosofia e pela arte.

Evolução

Para a Reconstrução do Materialismo Histórico

A concepção do Materialismo histórico - que não alcançou avanços desde Stalin - exige uma reconstrução que sirva à elaboração crítica dos enfoques concorrentes (sobretudo o neo-evolucionismo nas ciências sociais e o estruturalismo).

A análise é feita através dos trabalhos de Marx e Engel, visto pelo autor, como teoria da evolução social.

No que diz respeito a Marx, o autor afirma que ele não julgou o desenvolvimento social segundo os aumentos de complexidade, mas sim, através do estágio de desenvolvimento das forças produtivas, por um lado, e da maturidade das formas sociais de relação por outro.

Problemas no nascimento das sociedades de classe foi utilizado no sentido de colaborar na elaboração de uma teoria da evolução social, fundamentado no estudo produzido por Klaus Eder.

O ordenamento político determinou a formação das sociedades de classe, assumidas pelo Estado. Muitas teorias surgiram para explicar o nascimento do Estado. Porém nenhuma delas distingue entre os problemas sistêmicos, que transcendem a capacidade de direção e de controle do sistema de parentesco, e o processo evolutivo de aprendizagem, que explica a passagem e adaptação a uma nova forma de integração social.

O autor ressalta, que houve uma evolução nas forças produtivas e também na integração social. Mas o grau de exploração e repressão não atingiu o mesmo grau de evolução.

O progresso é estreitamente ligado ao de evolução social. Levanta problemas de lógica da ciência, que foram enfrentados, por um lado, na forma de uma crítica da filosofia da história, e por outro, no quadro de uma ética evolucionista.

História e Evolução

O autor faz uma referência sobre a inserção na historiografia de conceitos e hipóteses sociológicas - "uma sociologização da historiografia". Considerado por Luhmann - "verdadeira oferta de teoria que a sociologia faz à história".

Colocação que o historiador questiona diante de uma teoria de evolução, que ainda experimenta os primeiros passos.

Para o historiador, a oferta das ciências sociais apresenta problemas metodológicos, já que ele tem de explicar narrativamente conceitos e hipóteses na historiografia, ou seja, ampliar teoricamente a base de "common sense" da explicação narrativa, sem que porém lhe seja válido abandonar a estrutura de narração. Abandonando o sistema narrativo de referência, o historiador teria de renunciar o seu papel de historiógrafo.

As dúvidas da filosofia da história surgem quando há tentativa de traduzir em historiografia universal a teoria da evolução. Na verdade, não se pode pedir a tal teoria que assuma o papel de teoria da história, já que a história como tal, não é capaz de teoria. A teoria da evolução não se refere à Totalidade da história, nem o processo ou fatos históricos, na medida em que esses foram apresentados como sucessões históricas e, portanto, narráveis de eventos. Os portadores da evolução social são as sociedades, e mais ainda, os sujeitos de ação integrados nela.

Legitimação

Problemas de Legitimação no Estado Moderno

O tratamento dos processo de legitimação nas ciências move-se hoje, segundo Max Weber: "A legitimidade de um ordenamento de poder é avaliada segundo a crença na legitimidade por parte dos que são submetidos ao poder".

A universalidade dessa pretensão dá ao sociólogo a possibilidade de verificar sistematicamente a verdade de uma afirmação, independentemente da consideração de se ela é ou não considerada como verdadeira por uma determinada população. Ficando assim, deficiente o que pode valer como fundamento de legitimidade do poder.

Essa estratégia argumentativa supõe vínculo com a doutrina clássica política que transporta a Platão e a Aristóteles, que dispõem ainda de um conceito substancial de eticidade, bem como de conceitos normativos do que é bom, virtuoso, do bem comum e etc. Hoje, não é mais plausível a colocação desse pensamento metafísico.

Analisando o trabalho de Hannah Pitkin , que utiliza conceitos normativos como: justiça, beleza, verdade, ele concorda que se tratam de validades enraizadas de

modo profundo nas formas de vida humana. O autor questiona se estes conceitos não irão somente regular apenas hábitos, deixando de lado a razão.

A alternativa dada por Habermas é a de uma teoria que esclareça estruturalmente a sucessão historicamente observável dos diversos níveis de justificação e reconstrua a sua lógica com base na de desenvolvimento.

Ele ressalta ainda que a psicologia cognoscitiva de desenvolvimento reconstruiu para a ontogênese, os estágios de consciência moral, recebendo boas confirmações, ela pode ser entendida, pelo menos, como guia heurístico e como encorajamento.